



L I D O  
Em. 19/04/18

Secretaria Legislativa

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO DEPUTADO DELMASSO - PRB**



**REQUERIMENTO N.º RQ 3494/2018**

**(Do Sr. Deputado DELMASSO,**

**Requer ao Tribunal de Contas do Distrito  
Federal – TCDF, auditoria na execução  
dos serviços de Saúde Bucal da Secretaria**

**Setor Protocolo Legislativo de Estado de Saúde do Distrito Federal.**

RQ Nº 3494/2018

Folha Nº 01 de 01

**Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do  
Distrito Federal:**

Requeiro, com fundamento no artigo 60, inciso XXXIII da Lei Orgânica do Distrito Federal, e art. 15, inciso III; art. 39, § 2º, inciso XII e art. 40, ambos dispositivos do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, solicitar ao Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDF, por intermédio da Mesa Diretora, encaminhamento realização de auditoria na execução dos serviços de Saúde Bucal no Distrito Federal, considerando dados de cobertura disponibilizado pelo DATASUS/Ministério da Saúde-MS que o Distrito Federal tem a pior dentre todos os entes da federação, conforme delimitado abaixo:

a) Apresentação de Justificativa Técnica pelo não cumprimento da Portaria Nº 077/2017 que “*Estabelece a Política de Atenção Primária à Saúde do Distrito Federal*” em seu Artigo 6º - Inciso II - “Equipe de Saúde Bucal (ESB): equipe de saúde responsável por um território equivalente no máximo ao de duas equipes de saúde da família, composta por um odontólogo (40 horas) e um técnico em saúde bucal (40 horas).”;

b) Relatório elaborado pela Gerência de Serviços de Odontologia da Secretaria de Estado de Saúde referente a concessão de horas extras nos serviços de saúde bucal, a fim de sanar déficit de escala;





**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO DEPUTADO DELMASSO - PRB**



c) Apresentação do quantitativo de profissionais que estão fazendo horas extras, regionais de lotação, período de concessão – Número de horas extras autorizadas, bem como, recursos desembolsados para o pagamento das horas extras concedidas referente aos exercícios de 2017 e 2018;

d) Justificação para a Requisição de Cirurgiões Dentistas a outros entes da Federação para compor o quadro da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal sob a alegação de déficit de pessoal;

e) Relatório contendo Justificativa Técnica pelo não cumprimento da Lei 5.744/2016 que *"Dispõe sobre o direito constitucional à saúde bucal no Sistema Único de Saúde do Distrito Federal onde haja internação de pacientes"* em seu Art. 2º Fica assegurado a todos os usuários dos serviços públicos, no âmbito da rede pública de saúde distrital onde haja internação de pacientes, o direito de ter o atendimento de profissional de odontologia em atuação conjunta com o corpo clínico de médicos, quando necessário.

*§ 1º Para assegurar o direito à saúde bucal, no âmbito dos locais de internação de pacientes, na rede pública de saúde do Distrito Federal, é obrigatória a presença de profissionais de odontologia.*

*§ 2º Nas unidades de terapia intensiva, fica assegurada a presença de cirurgião dentista como parte do corpo clínico.*

f) Apresentação de Quadro Demonstrativo de Vacâncias elaborado pela Gerência de Serviços de Odontologia da Secretaria de Estado de Saúde.

g) Relatório contendo Justificativa Técnica pelo não cumprimento da Lei Nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 que *"Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências"*, no que se refere a publicidade das informações referentes às exonerações ocorridas desde o exercício de 2017; 9

Setor Protocolo Legislativo  
RQ Nº 3494/2018  
Folha Nº 02 de 04



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO DEPUTADO DELMASSO - PRB**



h) Em levantamento realizado pela Gerência de Serviços de Odontologia da Secretaria de Estado de Saúde em novembro de 2017, constatou-se que a capacidade instalada total nas Unidades de Odontologia do Distrito Federal é de 20.493 horas das quais apenas 14.695 estão atualmente ocupadas por Cirurgiões Dentistas. Compreende-se que existem 6.210 horas (ou 306 vagas de 20 horas) disponíveis para a prestação de serviços de saúde bucal. Apresentação de Justificação Técnica para a não nomeação de Cirurgiões Dentistas aprovados em Concurso Público realizado em 2014, para sanar a capacidade instalada das Regionais de Saúde.

i) Em levantamento realizado pela Gerência de Serviços de Odontologia da Secretaria de Estado de Saúde em novembro de 2017, constatou-se que a capacidade instalada total nas Unidades de Odontologia do Distrito Federal é de 20.493 horas das quais apenas 14.330 estão atualmente ocupadas por Técnicos em Higiene Dental. Compreende-se que existem 6.167 horas (ou 309 vagas de 20 horas) disponíveis para a prestação de serviços de saúde bucal. Apresentação de Justificação Técnica para a não nomeação de Técnicos em Higiene Dental aprovados em Concurso Público realizado em 2014, para sanar a capacidade instalada das Regionais de Saúde.

**JUSTIFICAÇÃO**

Setor Protocolo Legislativo  
RQ Nº 3494/2018  
Folha Nº 03 Bete

O direito à saúde pública encontra-se positivado na Constituição Federal expressamente nos artigos 6º e 196, sendo um direito social e fundamental, é um dever do Estado. A saúde é inerente ao ser humano, bem como à sua vida com dignidade, sendo fundamento da República Federativa do Brasil, expresso na Constituição Federal em seu artigo 1º, inciso III.

Dentre os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 3º apresenta expressamente a busca por



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO DEPUTADO DELMASSO - PRB**



uma sociedade livre, justa e solidária; a erradicação da pobreza e da marginalização, a redução das desigualdades sociais e regionais e por fim promoção do bem de todos. A Constituição Federal de 1988 em seu artigo 196 apresenta a concepção de saúde.

A Saúde Bucal integrante do contexto saúde, cada dia mais desponta como uma preocupação, tanto no enfoque da promoção e prevenção, quanto assistencial.

O art. 60, inciso XXXIII, da LODF estabelece como sendo de competência desta Casa de Leis o encaminhamento, por intermédio da Mesa Diretora, de requerimento de informações aos Secretários de Estados e demais órgãos do Distrito Federal, implicando crimes de responsabilidade, nos termos da legislação pertinente, a recusa ou o não atendimento no prazo de trinta dias, bem como o fornecimento de informação falsa.

Bem como, é certo que ao Poder Legislativo compete exercer a função típica de legislar, bem como a função fiscalizatória, sendo que esta última compreende a fiscalização e o controle dos atos públicos, seja por intermédio de requerimentos de informação, convocação de autoridades e investigações parlamentares.

A Lei Orgânica do Distrito Federal, no seu art. 60, inciso XV, dispõe *in verbis*:

**Art. 60. Compete, privativamente, à Câmara Legislativa do Distrito Federal:**

[...]

**XVI – julgar anualmente as contas prestadas pelo Governador e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos do governo;**

O Regimento Interno da CLDF também é claro sobre a competência do parlamentar em fiscalizar os atos do Poder Executivo no seu art. 15, inciso III, *in verbis*:

**Art. 15. O exercício do mandato do Deputado Distrital inicia-se com a posse, cabendo-lhe, uma vez empossado:**

[...]

**III – encaminhar, por intermédio da Mesa Diretora, pedidos escritos de informação ou providências;**

**em nome deste, assuma obrigações de natureza pecuniária.**

Setor Protocolo Legislativo  
RQ Nº 3494/2018  
Folha Nº 4 Be Te



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO DEPUTADO DELMASSO - PRB**



A transparência é requisito essencial para que se opere a boa governança. Nesse sentido, se torna imprescindível que o Tribunal de Contas do Distrito Federal preste informação a fim de que seja avaliada se o sistema de gestão demonstra eficiência ou se necessita de ajustes.

O Tribunal de Contas do Distrito Federal desempenha importante papel na prestação de serviços essenciais à sociedade. Devemos dispensar especial atenção a fiscalização a fim de que haja lisura, eficiência, razoabilidade e boa prática administrativa na gestão.

O pedido de auditoria na execução dos serviços de Saúde Bucal da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, faz-se necessário, tendo em vista que este Parlamentar, em suas funções fiscalizatórias, precisa verificar sobre possíveis irregularidades.

Em face do delineado, rogo o auxílio dos nobres Parlamentares no sentido de ser aprovada a presente Proposição.

Sala das Comissões, em

  
**Deputado DELMASSO**  
**Autor**

Setor Protocolo Legislativo  
RG Nº 3494/2018  
Folha Nº 5 Beto

**Assunto:** Redistribuição do Requerimento nº 3.494/18.

**Autoria:** Deputado (a) Delmasso (PRB)

Ao **SPL** para indexações, em seguida ao **SACP**, para conhecimento e providências protocolares, e em seguida a **Mesa Diretora** para as providências que trata o art. 39, § 1º, X do Regimento Interno da Câmara Legislativa.

Em 24/04/18



MARCELO FREDERICO M. BASTOS

Matrícula 13.821

Assessor Especial

Setor Protocolo Legislativo  
RQ Nº 3494/2018  
Folha Nº 06 de 06